



## Apostila – Patrimônio Cultural

Elaborada por: Ana Maria Nogueira Rezende

### O que é o Patrimônio Cultural?

A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece que o poder público, com a cooperação da comunidade, deve promover e proteger o "patrimônio cultural brasileiro".

Dispõe ainda que esse patrimônio é **constituído pelos bens materiais e imateriais** que se referem à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, como sejam:

- as formas de expressão
- os modos de criar, fazer, viver;
- as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Esses **bens materiais e imateriais** que formam o patrimônio cultural brasileiro são, portanto, os modos específicos de criar e fazer (as descobertas e os processos genuínos na ciência, nas artes e na tecnologia); as construções referenciais e exemplares da tradição brasileira, incluindo bens imóveis (igrejas, casas, praças, conjuntos urbanos) e bens móveis (obras de arte ou artesanato); as criações imateriais como a literatura e a música; as expressões e os modos de viver, como a linguagem e os costumes; os locais dotados de expressivo valor para a história, a arqueologia, a paleontologia e a ciência em geral, assim como as paisagens e as áreas de proteção ecológica da fauna e da flora.

Quando se preserva legalmente e na prática o patrimônio cultural, conserva-se a memória do que fomos e do que somos: a **identidade da nação**. Patrimônio, etimologicamente, significa "herança paterna"- na verdade, a riqueza comum que nós herdamos como cidadãos, e que se vai transmitindo de geração a geração.





## Patrimônio Cultural Material

Como o próprio nome sugere, patrimônio cultural material, são os bens que estão construídos, edificados ou fazem parte de um conjunto arquitetônico que referencia uma época. Temos diversos bens materiais que são tombados em estâncias mundiais, federais, estaduais e municipais.

A **Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)** propõe promover a identificação, a proteção e a preservação do patrimônio cultural e natural de todo o mundo, considerado especialmente valioso para a humanidade. Este objetivo está incorporado em um tratado internacional denominado Convenção sobre a proteção do patrimônio mundial cultural e natural, aprovada pela UNESCO em 1972. A UNESCO (ONU) determina os bens materiais tombados, que são considerados “patrimônio mundial da nação” como Ouro Preto e Diamantina em Minas Gerais.

O **Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN)** realiza tombamentos e registros no país.

O **IEPHA/MG - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais** - Fundação vinculada à Secretaria de Estado da Cultura, foi criado pela Lei nº 5.775, de 30 de setembro de 1971. Tem competência e atribuições iguais ou complementares às do órgão federal de proteção do patrimônio, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

## Patrimônio Cultural Imaterial

É de suma importância promover e proteger a memória e as manifestações culturais representadas, em todo o mundo, por monumentos, sítios históricos e paisagens culturais. A cultura de um povo não é acontece somente com bens materiais. Há muito mais, contido nas tradições, no folclore, nos saberes, nas línguas, nas festas e em diversos outros aspectos e manifestações, transmitidos oral ou gestualmente, recriados coletivamente e modificados ao longo do tempo. A essa porção intangível da herança cultural dos povos, dá-se o nome de **patrimônio cultural imaterial**.





Para muitas pessoas, especialmente as minorias étnicas e os povos indígenas, o patrimônio imaterial é uma fonte de identidade e carrega a sua própria história. A filosofia, os valores e formas de pensar refletidos nas línguas, tradições orais e diversas manifestações culturais constituem o fundamento da vida comunitária. Num mundo de crescentes interações globais, a revitalização de culturas tradicionais e populares assegura a sobrevivência da diversidade de culturas dentro de cada comunidade, contribuindo para o alcance de um mundo plural.

Ciente da importância dessa forma de patrimônio e da complexidade envolvida na definição dos seus limites e de sua proteção, a **UNESCO** vem, nos últimos vinte anos, se esforçando para criar e consolidar instrumentos e mecanismos que conduzam ao seu reconhecimento e defesa. Em 1989, a Organização estabeleceu a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular e vem, desde então, estimulando a sua aplicação ao redor do mundo. Esse instrumento legal fornece elementos para a identificação, a preservação e a continuidade dessa forma de patrimônio, assim como de sua disseminação.

De modo a estimular os governos, ONGs e as próprias comunidades locais a reconhecer, valorizar, identificar e preservar o seu patrimônio intangível, a UNESCO criou um título internacional, concedido a destacados espaços (locais onde são regularmente produzidas expressões culturais) e manifestações da cultura tradicional e popular. Assim, desde 2001, a Proclamação das Obras-Primas do Patrimônio Oral e Intangível da Humanidade ocorre a cada dois anos, selecionando, por meio de um júri internacional, espaços e expressões de excepcional importância, dentre candidaturas oferecidas pelos países. Em 2002, o Brasil apresentou a sua primeira candidatura, preparada pelo Museu do Índio e retratando a cosmologia e a linguagem gráfica dos índios Wajãpi, do Amapá. Na Proclamação de 2005, o Samba de Roda do Recôncavo Baiano também foi incluído na lista de Obras Primas do Patrimônio Oral e Intangível da Humanidade.

Além das gravações, registros e arquivos, a UNESCO considera que uma das formas mais eficazes de preservar o patrimônio intangível é garantir que os portadores desse patrimônio possam continuar o produzindo e transmitindo. Assim, a Organização desenvolve o programa de Tesouros Humanos Vivos, que estimula os países a criarem





um sistema permanente de identificação de pessoas (artistas, artesãos etc.) que encarnam, no grau máximo, as habilidades e técnicas necessárias para a manifestação de certos aspectos da vida cultural de um povo e a manutenção de seu patrimônio cultural material.

Finalmente, em 2003, após uma série de esforços, que incluíram estudos técnicos e discussões internacionais com especialistas, juristas e membros dos governos, a UNESCO adotou a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Essa convenção regula o tema do patrimônio cultural imaterial, e assim complementa a Convenção do Patrimônio Mundial, de 1972, que cuida dos bens tangíveis, de modo a contemplar toda a herança cultural da humanidade. ( Fonte: [www.unesco.org.br](http://www.unesco.org.br) )

### **A conservação dos bens culturais**

Sendo o patrimônio cultural parte da herança comum da nação, a sua conservação é de interesse geral, tanto do poder público como dos proprietários e de toda a comunidade. Entretanto, a legislação indica que o Proprietário de um bem tombado é o primeiro responsável por sua integridade e se este no dispuser de recursos pra sua manutenção pode levar suas dificuldades à Secretaria de Cultura, já que o imóvel é de interesse de toda a comunidade é dever dos órgãos públicos auxiliar na manutenção deste.

### **Patrimônio e economia**

Assim, cada vez mais o patrimônio deixa de ser objeto de museu e se insere no desenvolvimento econômico-social, começando a fazer parte das relações cotidianas da sociedade, deixando de ser um campo isolado, tangível apenas em alguns momentos especiais. Como alternativa de desenvolvimento se mostra, inclusive, como importante aliado à geração de empregos, na medida em que inova o mercado, cria novos campos de trabalho e propõe a necessidade de qualificação de mão-de-obra. As mudanças contemporâneas nas dinâmicas urbanas, na prestação de serviços e nos modos de produção e estocagem reforçam a tese de inserção do patrimônio histórico na economia.





Podemos citar alguns exemplos. O revival de centros históricos, seu charme, sua diferenciação e seu potencial tem acontecido em todo o mundo e possibilitado recuperar centros que apresentavam grandes problemas urbanos, face ao seu abandono. Revitalizados, eles se tornam centros turísticos e de vitalidade econômica. Muitas vezes, os próprios edifícios em áreas abandonadas têm um potencial enorme face às suas características físicas, se prestando a um sem número de novas funções.

Atualmente, a preservação de patrimônio cultural conta com as Leis de Incentivo, que possibilitam a revitalização de casarios, podendo estes, servirem à sociedade, gerando rendas e revigorando as áreas que estão incluídos.

### **A importância da cultura na educação, processo ensino- aprendizagem**

Para melhor entendimento da linha de raciocínio e da inserção do contexto, especialmente a cultura e o patrimônio cultural, nos processos significativos da aprendizagem, convém inserir, neste momento, o conceito de pensamento simbólico conforme entendido por Piaget. O pensamento simbólico e pré-conceitual aparece a partir dos dois anos de idade e permite a representação do real por meio de imagens significativas. Aqui Piaget estabelece uma importante distinção entre signos (que requerem, para se constituírem, a vida social) e símbolos (que podem ser elaborados somente pelo indivíduo). Assim, os símbolos podem ser socializados, enquanto o signo puro é sempre coletivo e por isso, a aquisição da linguagem (sistema de signos coletivos) coincide com a formação do sistema dos significantes individuais. Essa relação permanece também pelo resto da vida na construção e comunicação de outros sistemas de significação. Depreende-se, por tudo isso, a importância da interação do indivíduo com a realidade. Falar de realidade pressupõe falar do contexto, do mundo, do campo onde a realidade ocorre.

Os conteúdos de aprendizagem são, na verdade, uma seleção de saberes relevantes da cultura que são preexistentes e possuem natureza simbólica (como a escrita, a música, o patrimônio cultural etc.);

A cultura confere significado à atividade humana.

Os conteúdos não são, portanto, selecionados apenas por sua dimensão técnica mas, também, por sua dimensão sociocultural.





Sendo o conhecimento uma construção, a função do mestre é a de ajudar os aprendizes a dominar os diferentes sistemas e códigos culturais.

Entende-se a aprendizagem como um processo de atribuição de significados que age na intermediação entre o ser e o mundo e que, só por uma tomada de consciência profunda a pela aquisição de conhecimento, se faz de forma indelével. Segundo o Centro de Pesquisa e Formação de Educadores da Escola Balão Vermelho (1994, pág. 9): “O aluno aprende um conteúdo qualquer quando é capaz de atribuir-lhe significado, isto é, quando consegue estabelecer relações substanciais entre o que está aprendendo e o que já conhece, de modo que esse novo conhecimento seja assimilado aos seus esquemas de compreensão da realidade e passe a ser utilizado como conhecimento prévio em novas aprendizagens. (...) A educação não se reduz à transmissão de conteúdos. Da maneira como a concebemos é um processo de formação que se realiza a partir de experiências vividas pelos sujeitos nos diversos espaços educativos a que têm acesso (família, trabalho, escola, grupos de convivência...), na interação com o mundo e com as pessoas que fazem parte de seu universo cultural”.

Essa atribuição de significado na prática do ensino pressupõe, entretanto, algumas estratégias que, na realidade, imbricam-se e se intercambiam, e sem as quais dificilmente se criaria um ambiente propício a essa abordagem.

A primeira dessas estratégias - a participação - pode ser entendida pela ótica da pedagogia construtivista, a partir do consenso, já bastante assentado em relação ao caráter ativo da aprendizagem, de que esta seja fruto da construção pessoal. “Aprender é Construir”, ou seja, aprendemos quando somos capazes de uma representação pessoal sobre um objeto da realidade ou conteúdo que pretendemos apreender. Aprender não é, portanto, copiar ou reproduzir a realidade. A participação pressupõe que o aluno seja o agente da aprendizagem, estabelecendo uma relação com o objeto de estudo e com ele interagindo. Freire (1974), em sua “Pedagogia do Oprimido”, critica o conceito que chama de “educação bancária”, por conceber os alunos como recipientes vazios, em que o professor vai “depositar” conhecimentos. Isso significa que o conhecimento não pode ser confundido com a descoberta de verdades absolutas, como ocorre na teoria positivista do conhecimento (Gadotti,1991), mas refere-se à apreensão de verdades pessoais e conteúdos que, embora coletivos, têm sua verdade na apreensão pessoal. Tal raciocínio revaloriza a importância da pergunta que, assim, pode ser entendida como a





exteriorização de uma postura significativa ou, como coloca Freire (conforme Gadotti, 1991, pág. 97): “O que é perguntar? O ato de perguntar está ligado ao ato de existir, de ser, de estudar, de construir, de pesquisar, de conhecer”.

A segunda estratégia refere-se à contextualização. A importância do contexto no processo de aprendizagem referencia-se na definição das estruturas de significado como intermediação entre o ser e o mundo. Essa visão é, também, corroborada por Read (1982) que entende como objetivo da educação a integração-reconciliação da singularidade individual com a unidade social. Sob esse ponto de vista, segundo o autor, o indivíduo seria “bom” na medida em que sua individualidade se realizasse dentro da totalidade orgânica da comunidade.

A terceira estratégia que se propõe, a do envolvimento, pode ser fundamentada em Vygotsky, que demonstra a existência de um sistema dinâmico de significados em que o afetivo e o intelectual se unem. Assim, segundo Sole (1990, pág. 26): “Quando falamos de atribuir significado, falamos de um processo que nos mobiliza a nível cognitivo e que nos conduz a revisar e a aportar nossos esquemas de conhecimento para dar conta de uma nova tarefa, atuação ou conteúdo de aprendizagem”. Aprendemos, então, com o que nos motiva e nos comove. Segundo Neumann (1968, pág. 248): “Toda concepção nova e toda inspiração produtiva contém elementos que, até esse momento, eram inconscientes e a inclusão dos componentes emocionais associados aos conteúdos inconscientes leva ao surgimento de uma comoção. (...) Só a união do sistema da consciência do ego com as camadas profundas, de tonalidade emocional, do inconsciente possibilita um processo produtivo”.

A importância das estruturas de significação nos processos de ensino-aprendizagem é, portanto, basilar. Mauri (1990) chega a dizer que a construção do conhecimento por parte do aluno só é possível graças à atividade que este desenvolve para atribuir significado aos conteúdos escolares. Ou, ainda, conforme Miras (1990, pág. 48): “Uma aprendizagem é tanto mais significativa quanto mais relações com sentido é capaz de estabelecer o aluno entre o que conhece, seus conhecimentos prévios e o novo conteúdo que se lhe apresenta como objeto de aprendizagem”.





## O aproveitamento do patrimônio cultural

O patrimônio histórico e artístico de um povo é mais do que um conjunto de antiguidades ou mera coleção de curiosidades que a corrente do tempo foi largando pela vida. Ele é responsável pela continuidade histórica de uma comunidade que se reconhece como tal e corporifica seus ideais e valores, transcendendo as gerações. Dessa forma, incita ao patriotismo e à ética, convida ao saber e à reverência. Face a seu caráter de participantes cotidianos da vida das pessoas, os elementos do patrimônio talvez sejam, ao lado da música popular, os bens culturais mais disponíveis à fruição da população. São os ícones que personalizam as cidades, são os pontos referenciais nos percursos do dia-a-dia. São, portanto, importantes fatores de coesão social, de orientação e identidade, sem os quais a estabilidade psíquica e os valores existenciais de cada um não existiriam. Por isso a sociedade se mobiliza tanto em torno do patrimônio e com ele se sensibiliza.

O conceito de patrimônio cultural tem-se modificado ao longo dos últimos anos. Deixa de privilegiar, apenas, um período histórico ou estilístico, como o barroco, por exemplo, para se estender aos demais períodos, inclusive o modernismo. Deixa de se preocupar apenas com o excepcional voltando-se, também, para o exemplar, aqueles objetos que documentam a história, abrangendo, inclusive, diversas classes sociais. Na visão contemporânea do patrimônio, a questão dos conjuntos urbanos surge como uma forte presença norteadora. Não se coloca mais o edifício isolado como o mais importante, mas privilegiam-se as relações de entorno e as paisagens urbanas coesas que referenciam o tempo histórico e ambientam as cidades, contribuindo para a identidade de seu povo.

Ancorados pela força da identidade cultural e como trincheira contra a globalização descaracterizadora surgem os movimentos pela preservação de nosso patrimônio imaterial ou intangível. Manifestações de natureza imaterial constituem importantes referências culturais e relacionam-se à identidade, à maneira e à ação dos grupos sociais. Incluem-se nesse conceito as formas de expressão e os modos de criar, fazer e viver, considerando: os Saberes, as Celebrações, as Formas de Expressão e os Lugares.





É o reforço desses ideais ligados à ética e à valorização da própria história que apontam para o conceito ampliado de herança histórica. A compreensão contemporânea do patrimônio deixou de se ater, apenas, às qualidades estéticas do bem em si, ampliando-se ao cotidiano da vida, no exercício da cultura e no desenvolvimento sócio-econômico das comunidades.

Não se entende mais o patrimônio cultural como peça de museu apartada do cotidiano das populações, mas como instrumento de construção viva das realidades pessoais e de seu entendimento no mundo. A cultura também se une à geração de renda, a um só tempo inserindo o patrimônio no desenvolvimento econômico-social de um povo e fortalecendo as pequenas economias locais, democratizando a distribuição de renda e aumentando postos de trabalho, estabelecendo uma ponte para o crescimento sustentável.

Assim, se considerarmos que o patrimônio cultural materializa os laços que unem histórica e geograficamente um povo, passa a ser clara sua importância como instrumento de cidadania e inclusão social, com rebatimentos óbvios na auto-estima das populações. A partir desse senso comum são gerados sentimentos nobres de solidariedade, compromisso e sentido pessoal de "pertencimento" a determinada comunidade, localizada temporal e geograficamente.

Mauri (1990, pág. 75) constata que "a cultura confere significado à atividade humana" colocando a definição de cultura como sendo a "ordem comum" que integraria a personalidade singular em um mundo ordenado, através de certas interações significativas.

Dessa forma, como ponte entre o mundo interior e a realidade, o patrimônio cultural contextualiza o ensino-aprendizado e facilita a absorção de conteúdos. É mais fácil se entender "intrinsecamente" a história através da paisagem urbana circundante e das histórias deixadas pelos mais velhos. É mais fácil entender a geografia se associada ao entendimento da maneira como nossos antepassados a vieram moldando e nela se assentando. É mais fácil entender o sentido da educação artística quando associada à necessidade de uma expressão cultural e pessoal. Os conteúdos passam a ser, portanto, uma representação pessoal da realidade, atingindo o ponto importante de sua maior eficiência.





## **Formação pessoal e cidadã e o trabalho com patrimônio cultural**

Ensinando não apenas para transmitir conteúdos ou inserir o aprendiz no mercado de trabalho; se estamos ensinando para desenvolver habilidades e competências, formando mais que informando; se estamos ensinando para desenvolver a autonomia pessoal, então estamos formando cidadãos.

O patrimônio cultural permite inserir o aprendiz na perspectiva histórica e de identidade do grupo social a que pertence, transmitindo-lhe conteúdos éticos e de cidadania. Permite o entendimento mais claro de sua importância na comunidade a que pertence, facilitando sua inserção pessoal e econômica.

### **Criação de uma ética de ações**

Se a função social da educação é, além da inserção sócio-econômica do indivíduo tratada no item anterior, o desenvolvimento dessa própria sociedade, a noção de patrimônio cultural, coletivo e comum a um grupo, permite o desenvolvimento de uma ética de ações. Traz consigo a noção de desenvolvimento sustentável, pelo qual cada intervenção na realidade deve considerar seus impactos na manutenção da identidade e da herança coletiva, do ponto de vista ambiental ou cultural. Traz consigo o desejo, não da reprodução do "status-quo", não da subserviência, mas da ação concreta de melhoria das condições sociais globais, do desenvolvimento da comunidade onde se insere e da requalificação do patrimônio coletivo acumulado ao longo das gerações, verdadeira riqueza de um povo, herança real que deixamos para os nossos filhos.

### **Bibliografia**

CENTRO DE PESQUISA E EDUCADORES DA ESCOLA BALÃO VERMELHO -  
"Ação Pedagógica, Documento de Reflexão: Diretrizes Curriculares", Belo Horizonte:  
Escola Balão Vermelho, 1994





DUARTE JR., João-Francisco - “Por que Arte-Educação?”, Campinas, SP, Papyrus, 1985

FREIRE, Paulo - “Educação como Prática da Liberdade”, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981 “Pedagogia do Oprimido”, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974

GADOTTI, Moacir - “Convite à Leitura de Paulo Freire”, São Paulo, Scipione, 1991

LA TAILLE, Yves et alii - “Piaget, Vygotsky, Wallon: Teorias Psicogenéticas em Discussão”, São Paulo, Summus Editorial, 1992

MARTIN, Elena e COLL, César - “La Evaluación del Aprendizaje en el Curriculum Escolar: una Perspectiva Constructivista” in “El Constructivismo en el Aula”, Barcelona, Biblioteca de Aula, 1990

OLIVEIRA, Marta Kohl et alii - “Piaget, Vygotsky, Wallon: Teorias Psicogenéticas em Discussão”, São Paulo, Summus Editorial, 1992

ONRUBIA, Javier - “Enseñar: Crear Zonas de Desarrollo Próximo e Intervenir en Ellas” in “El Constructivismo en el Aula”, Barcelona, Biblioteca de Aula, 1990

Carsalade; Flávio de Lemos -arquiteto e presidente do IEPHA/ MG, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E MARKETING CULTURAL.

Acesso [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br) em 18.08.2006.

Acesso [www.iepha.mg.gov.br](http://www.iepha.mg.gov.br) em 18.08.2006.





**Responda rápido:**

1. Como definiria cultura?
2. O quê é patrimônio cultural para você?
3. Exemplifique patrimônio material em sua comunidade.
4. O quê é patrimônio imaterial?
5. Vamos enumerar o patrimônio imaterial da comunidade?
6. Você é capaz de definir um tombamento?
7. Consegue enxergar os pontos positivos do tombamento de um bem material em sua comunidade?
8. Você guarda documentos sobre a sua história?
9. Têm fotos antigas de sua família? Preserva-as?
10. Que medidas podemos tomar para preservar nosso patrimônio material?
11. Que medidas podemos tomar para preservar nosso patrimônio imaterial?

